**O ensino superior no contexto alagoano: atores e fatores relevantes da formação econômica e social de Arapiraca**

**RESUMO:** O artigo aqui apresentado é fruto de uma tese de doutorado em Serviço Social cuja proposta central foi analisar a educação no contexto neoliberal do capitalismo contemporâneo por meio do Programa de Apoio à Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI), averiguando as proximidades existentes entre as suas diretrizes e as recomendações direcionadas pelo Banco Mundial às nações subdesenvolvidas entre os anos de 1994 e 2003, verificando, assim, a existência de um favorecimento da instauração da gestão empresarial no ensino superior público brasileiro e os seus limites para efetiva democratização da cultura e para qualificação da formação acadêmica. O recorte deste artigo tem como foco descrever o surgimento do ensino superior em Arapiraca/AL, culminando com a criação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), explanando ainda os impactos econômicos e sociais que a educação proporciona a este estado. A pesquisa é de abordagem qualitativa e tem como métodos a pesquisa documental e bibliográfica. Assim, espera-se que os resultados apresentados aqui possam contribuir para a ampliação das discussões envolvendo o ensino superior no estado e seja um incentivador para o surgimento de outras pesquisas relacionadas ao processo de ampliação do acesso a essa modalidade de ensino no país.

**PALAVRAS CHAVE:** Ensino superior, expansão, Alagoas.

**ABSTRACT:** The article presented here is the result of a doctoral thesis in Social Service whose main purpose was to analyze education in the neoliberal context of contemporary capitalism through the Program to Support the Restructuring and Expansion Plans of the Brazilian Federal Universities (REUNI) between the directives and recommendations directed by the World Bank to the underdeveloped nations between 1994 and 2003, thus verifying the existence of a favorable introduction of business management in Brazilian public higher education and its limits for the effective democratization of culture and qualification of academic training. The focus of this article is to describe the emergence of higher education in Arapiraca/AL, culminating in the creation of the Federal University of Alagoas (UFAL), also explaining the economic and social impacts that education provides to this state. The research is qualitative approach and has methods as documental and bibliographic research. Thus, it is expected that the results presented here may contribute to the expansion of the discussions involving higher education in the state and be an incentive for the emergence of other research related to the process of expanding access to this type of education in the country.

**KEY WORDS:** Higher education, expansion, Alagoas.

**INTRODUÇÃO**

Esse artigo faz parte de uma pesquisa de maior amplitude, desenvolvida entre os anos de 2013 a 2017, que abordou o tema da expansão das universidades brasileiras e das matrículas de estudantes no ensino superior público estimuladas pelo Programa de Apoio à Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras, conhecido como REUNI, implantado pelo Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007, e encerrado em 2012. Criado durante o governo Lula, com a delimitação de cinco anos de duração, a política pública tinha os objetivos de reestruturar as universidades federais existentes e ampliar o acesso e a permanência no ensino superior por meio da criação de novas instituições. Com a meta de dobrar em dez anos o quantitativo de alunos matriculados nos cursos de graduação, o governo calculou um investimento total de R$ 3,5 bilhões até o ano de 2012. De acordo com o balanço do primeiro ano de programa, divulgado pelo governo, as 57 universidades que aderiam ao REUNI – dentre elas a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – superaram a meta de criação de novas vagas para esse período, com 15 mil novas matrículas. Além disso, o documento informa que foram criados 180 cursos de graduação e autorizadas 1.821 vagas para professores. A interiorização promovida pelo programa ampliou o número de municípios com ensino superior federal, passando de 114, em 2003, para 235, em 2008[[1]](#footnote-1) (BRASIL, 2009). Dessa forma, é possível evidenciar que houve efetivamente uma relativa ampliação de matrículas e expansão do ensino superior, levando a universidade para regiões afastadas dos grandes centros. Contudo, nesse mesmo contexto é possível observar diversos mecanismos que vêm mudando o caráter da universidade como um todo, com ampliações equivocadas e a criação de programas de expansão sem a participação dos principais atores sociais.

Desse modo, essa pesquisa apresenta, ainda que de forma não totalmente contemplativa, os antecedentes históricos da educação superior no estado de Alagoas, em especial o município de Arapiraca, analisando os aspectos centrais da formação social dessa região e suas determinações sobre a projeção da UFAL. Nesse contexto é possível observar a singular influência das camadas dominantes locais sobre a constituição das primeiras instituições de ensino da localidade, culminando com a criação da Universidade de Alagoas. Apresentar-se-á ainda o processo de interiorização do ensino superior em Alagoas, iniciado em 2006, com destaque para o *campus* Arapiraca.

**PROCEDIMENTO METODOLÓGICO**

A presente pesquisa, de base qualitativa, consistiu na análise documental de diversos materiais, como relatórios oficiais emitidos pelo Ministério da Educação (MEC), relatórios de gestão da UFAL, documentos e dossiês produzidos por sindicatos e outras organizações. Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas entres os meses de outubro de 2015 e janeiro de 2016 com personagens considerados centrais para o entendimento das dinâmicas ocorridas na universidade alagoana no período de adoção do REUNI.

Para a obtenção das informações necessárias para elucidação dos questionamentos lançados nessa pesquisa foram realizadas 24 entrevistas semiestruturadas, abordadas de modo triangulado com o levantamento documental e bibliográfico. Acredita-se que essa tipologia de entresita foi a mais adequada para a pesquisa, pois, de acordo com Gil (1999, p. 120), nela “o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada”. Triviños (1987, p. 146), complementa informando que a entrevista semiestruturada "valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação".

Todas as entrevistas foram gravadas no formato digital (totalizando mais de 17 horas de gravação) com o consentimento do respondente, sendo apresentado e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, fornecendo ao inquirido mais segurança sobre o anonimato, sobre os cuidados éticos de tratamento dos dados e a liberdade do mesmo para interromper a participação no processo de investigação.

A verificação das informações obtidas foi realizada por meio de análise de conteúdo, optando-se pelo uso do *software* Nvivo 2.0

**RESULTADOS E DISCUSSÃO**

 Para compreender o contexto em que ocorreu a interiorização da universidade foco deste estudo, é preciso analisar e resgatar, mesmo que de maneira incipiente, os antecedentes históricos da educação superior em Arapiraca, bem como os aspectos centrais da formação social do estado e suas determinações sobre a projeção da UFAL.

Arapiraca, segunda maior cidade do estado, está localizada geograficamente na mesorregião do Agreste Alagoano que, além deste município, engloba as microrregiões de Palmeira dos Índios e Traipu. A distância entre Arapiraca e a capital Maceió é de 131km, tendo conexão por estradas rodoviárias em no máximo duas horas (sendo este o único acesso possível[[2]](#footnote-2)). Segundo estimativas do IBGE (2015), a cidade possui uma população de 232.671 habitantes. Por estar localizado na região central do estado, esse município tornou-se, a partir do século XIX, a principal rota de passagem dos trabalhadores da cana-de-açúcar na locomoção entre a Zona da Mata, o Agreste e Sertão. O constante fluxo de trabalhadores em busca de trabalho fez surgir, em 1884, uma das maiores feiras livres da região, tornando-se essencial para o abastecimento de todo um território.

O município foi fundado por Manoel André Correia dos Santos, genro de Manoel da Silva Valente, português influente que chegou ao Brasil junto com a família real. Como não poderia deixar de ser, o povoamento dessa região seguiu a mesma tendência identificada em todo o estado, com as famílias abastadas expandindo suas terras e “dando a esses grupos familiares dispostos em cada região, o poder de decidir politicamente, de acordo com os seus interesses particulares e convenientes de seus grupos” (ALMEIDA, 1999, p. 36).

Com a sua emancipação, em 30 de maio de 1924[[3]](#footnote-3), houve um aumento na produção agrícola, tendo como principais produtos a mandioca e o algodão. Na década de 1940, dá-se início na região a cultura do fumo, espalhando-se rapidamente e substituindo aos poucos as demais produções em atividade. Devido à grande concentração de plantações e fábricas ligadas a fumicultura, a cidade recebeu na década de 1970 o título de “Capital do fumo”, com a maior plantação contínua do país, chegando a possuir nesse período 50 mil hectares de área cultivada. O desenvolvimento do setor fez surgir à necessidade de mais investimentos em infraestrutura urbana. Assim, importantes rodovias foram construídas, tornando o município um dos mais importantes centros de abastecimento agropecuário, comercial, industrial e de serviços do Nordeste (TAVARES e RAMALHO FILHO, 2008; LEITE, 2009; SOUZA e MARISCO, 2009).

A exploração do fumo em Arapiraca exigia um considerável contingente de trabalhadores e, dessa forma, fez eclodir na região um intenso movimento de migração temporária – em muitos casos, permanente – de mão de obra, oriunda essencialmente da Zona da Mata e do Sertão. Entretanto, a ascensão do fumo arapiraquense, que chegou a representar 10% da produção nacional e possuir uma área plantada de 13 mil hectares, não durou muito, entrando em decadência na década de 1980. Para Nardi (2003), fatores como a vinda para o Brasil de grandes multinacionais do cigarro e o rápido processo de urbanização dos centros urbanos fez cair o consumo de fumo de corda e, consequentemente, a produção do mesmo em todo o país. Ainda, carências relacionadas à assistência técnica agrícola, os restritos investimentos por parte do Estado, as crescentes campanhas de combate ao tabagismo e a baixa qualidade do produto de Arapiraca inibiram a capacidade produtiva do município e o tornaram pouco competitivo no cenário regional. Associado a isso está à informalidade e a fragilidade nas relações de trabalho no campo. De acordo com Oliveira (2004), o pouco que restou da produção de fumo em Arapiraca passou a ser feita de forma precária e limitada, sendo a destalagem[[4]](#footnote-4) das folhas realizada em pequenas propriedades pertencentes a produtores com escassos recursos, na sua maioria regressantes à cidade após tentativas frustradas de melhoria da qualidade de vida em outras localidades. Como a colheita da folha de fumo é sazonal, também passaram a estar associadas a essa atividade as pessoas que não possuem ligação com a agricultura – aposentados em outras áreas, por exemplo – mas que aproveitam esse período para obter alguma renda. Dessa forma, o declínio da monocultura fumageira fez ressurgir outras culturas outrora abandonadas, como a mandioca, o algodão e a cana-de-açúcar. Além disso, a queda do fumo resultou num acentuado processo de êxodo rural, ampliando a desigualdade social e a favelização da cidade (LEITE, 2009).

Apesar da queda da agricultura voltada para o fumo, esse produto ainda tem uma relativa participação na economia local (SOUZA e MARISCO, 2009). Segundo dados do IBGE (2015), existem no município alagoano 15.296 trabalhadores cuja ocupação principal envolve a agricultura, pecuária e afins, representando, aproximadamente, 20% do total de pessoas com rendimento de trabalho. Esse dado atesta que, mesmo diante da crise do fumo, a atividade no campo é o segundo maior empregador da cidade, ficando atrás apenas do comércio, que possui 22.372 indivíduos ocupados nessa localidade. Todavia, os trabalhadores rurais de Arapiraca, principalmente aqueles envolvidos com a produção do fumo, estão expostos a inúmeros danos relacionados à saúde (NASCIMENTO, 2011). Por ser uma das culturas onde o uso de agrotóxicos ocorre de maneira mais expressiva, são registrados constantemente elevados índices de intoxicação entre os pequenos produtores rurais e suas famílias. A falta de informações adequadas sobre o manejo dos produtos nocivos, associada ao desrespeito às leis trabalhistas relacionadas ao uso de equipamentos de proteção individual (EPI), são fatores desencadeantes da propagação de moléstias irreversíveis ao corpo humano, vitimando, na sua grande maioria, aqueles que se encontram subsumidos à dinâmica econômica da mercadoria.

Por ser área que necessita de pouca qualificação ou formação escolar[[5]](#footnote-5), não há exigência por instrução formal e somente poucas atividades laborativas no município exigem escolarização. Relatos históricos informam que todos os povoadores dessa localidade eram alfabetizados – com exceção dos escravos. A história atesta ainda que os colonizadores instituíram na região uma educação pautada na Ética Paternalista Cristã e, com isso, as habilidades de leitura e escrita não eram as únicas exigências para ocupar o cargo de professor – os dogmas da Igreja deveriam fazer parte do cotidiano dos candidatos a docente, cuja orientação era fornecida diretamente pelos padres. Com isso, os professores eram indicados exclusivamente pela liderança local, sendo Antônio Raimundo o primeiro a ocupar a função em Arapiraca, em 1865. O seu sucessor, Antonio Rocheri, seguiu o ofício do pai e, devido à proximidade com influentes famílias da região, adquiriu um espaço para a realização das aulas, outrora ministradas nas residências da elite local (GUEDES, 1999).

Como já foi mencionado, a educação pública no munícipio de Arapiraca tem uma relação muito estreita com os interesses políticos de pequenos grupos, principalmente latifundiários. Mesmo centralizando a educação básica, a elite política e empresarial da época almejava o ensino mais elevado, articulando a formação de Escolas Superiores, objetivando perpetuar a concentração política e econômica do estado. Tal ambição fez com que o ensino fundamental fosse negligenciado, chegando ao extremo do título de professor ser concedido pelo Governo Provincial (final do século XIX e início do século XX) às pessoas que possuíssem apenas as habilidades da leitura e escrita e conhecimentos fundamentais de aritmética, conforme pode ser observado na descrição de Farias (2006):

A precariedade no processo de ensino nas primeiras décadas do período republicano era marcante em Arapiraca, até mesmo pela falta de acesso a cursos preparatórios para o Magistério. Alagoas só contava com o curso Normal regulamentado em 1869, que funcionava em Maceió, com duração de dois anos e mais um ano de prática ampliando seu funcionamento para quatro anos a partir de 1912. Este não atendia às carências do interior, pois quem era da capital não tinha a intenção de se deslocar para o interior e aqueles poucos interioranos que tinham condições de cursar o Normal optavam em permanecer na capital. Portanto, predominava naquela comunidade o ensino desenvolvido por professores sem qualificação (p. 4675-4676).

Por décadas, a sociedade arapiraquense sofreu fortes influências dos remanescentes de Manoel André, ditando, inclusive, as regras para a formação educacional da população, ainda fortemente ligada à Igreja. As escolas mais tradicionais do município eram dirigidas por freiras, com destaque para o Colégio São Francisco de Assis, fundado em 1956 pela Irma Luzinete Riberio de Magalhães, que havia sido ensinada pelas irmãs Antônia Macedo e D. Chiquinha, descendentes do patrono de Arapiraca. O peso da influência familiar também se fez presente na nomeação da primeira professora de Arapiraca, Marieta Peixoto, nora do Major Esperidião Rodrigues, primeiro prefeito do município alagoano e também descendente de Manoel André. Anos mais tarde, durante a primeira gestão do Major, uma de suas filhas também é agraciada com o cargo docente, mesmo sem possuir qualquer qualificação para a atividade (GUEDES, 1999; FARIAS, 2006).

As trocas de favores entre os pioneiros políticos alagoanos eram bastante evidentes também em Arapiraca. O Major Esperidião, juntamente com o seu irmão Manoel Antonio Rodrigues, gozavam de singulares privilégios na região, benefícios esses que não raramente resultavam na efetivação de obras com fins políticos. Como exemplo, suas influências materializaram-se na construção do primeiro açude da localidade, estrategicamente implantado com o objetivo de fornecer água aos trabalhadores menos favorecidos e, dessa forma, serem reconhecidos como os “protetores dos homens comuns” (FARIAS, 2007, p. 38). Dessa forma, com a tática de proporcionar o básico para a subsistência, a elite financeira e política local foi ampliando o seu poderio e mantendo a população sob um regime de total dependência social.

Não menos importante era o fato da indicação de professores de acordo com as afinidades políticas ser outro método bastante usual no Brasil à época, com as disciplinas “providas por professores pertencentes a grupos de confiança ou da parentela dos políticos e não raro apadrinhados e nomeados interinamente, representando uma forma de garantir a popularidade desses políticos de justificar seu empenho e poder, ou seja, consubstanciar a ingerência dos coronéis na vida pública” (PINHEIRO, 2002, p.33). A ausência de compatibilidade partidária entre o docente e a elite local não raro resultava em punição para o lado mais fraco, como a demissão da Prof.a Linda, em 1955, cuja família era afiliada ao Partido Democrático Brasileiro que fazia oposição ao então Prefeito José Pereira Lúcio (FARIAS, 2007). Com isso, além do forte alinhamento entre o ensino e a Igreja, existia nos primórdios da educação formal em Arapiraca a exigência da inclinação política como pré-requisito para ocupar o cargo de professor naquele município, transparecendo o forte poder político sobre a escolarização.

Relatos históricos confirmam também que, nas primeiras décadas da República, era bastante limitada a quantidade de instituições de ensino e, consequentemente, pífio o número de pessoas alfabetizadas no agreste alagoano. Parte de tal limitação é atribuída à cultura fumageira, com grande deslocamento de trabalhadores para os campos e exaustivas jornadas de trabalho – chegando a 12 horas diárias –, tornando impossível a dedicação aos estudos (FARIAS, 2006; NASCIMENTO, 2011). Com isso, mais uma vez os anseios da elite nordestina sobrepõem o desenvolvimento social e econômico da maioria da população, que tem na sujeição às péssimas condições de trabalho a única alternativa para a subsistência.

No período áureo da monocultura do fumo, em meados do século XX, a cidade de Arapiraca vivenciou um grande salto econômico, que levou a importantes mudanças como o surgimento de mais escolas, destacando-se a criação, em 1940, da primeira escola pública estadual, o Grupo Escolar Adriano Jorge[[6]](#footnote-6). A nova instituição foi alvo de intensas disputas políticas e acentuados embates ideológicos. Os interesses partidários sobressaiam até mesmo à ação pedagógica da escola, que teve recusada a nomeação do Diretor Pedro Reis por conta de sua declarada autonomia política, postura que incomodava o governo do estado. Diante do impedimento, o docente decidiu criar, em 1943, a primeira instituição de ensino particular de Arapiraca, o Colégio São Luís, ganhando caráter de Instituto em 1945. Mesmo com forte vinculação à elite arapiraquense, havia na metodologia do colégio um ensaio de igualdade de oportunidades, uma vez que a instituição foi a primeira a ter uma turma no período noturno, proporcionando aos trabalhadores uma chance de obter um diploma. Todavia, apesar do aparente avanço proporcionado pela criação dos dois colégios, ainda eram bastante limitados os anos de estudo no município, encerrando-se no 40 ano. Os alunos interessados em estender a educação formal deslocavam-se até os centros urbanos vizinhos (Maceió, Recife e Salvador), o que era economicamente viável apenas para os filhos abastados. Porém, o rápido crescimento da população e o aumento do poder econômico de uma parcela da sociedade, proporcionado pelo desenvolvimento do comércio local, fez com que, diferentemente do restante do estado, o poder político em Arapiraca fosse alterado e fragmentado. Por conseguinte, os novos ricos arapiraquenses almejaram alçar novos voos, o que resultou na criação de outras instituições educacionais públicas e privadas, como a primeira escola pós-primária da região, o Educandário da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CENEG)[[7]](#footnote-7), em 1950. Diferentemente das instituições anteriores, o CENEG viria a se tornar efetivamente o primeiro colégio de caráter comunitário e gratuito, objetivando a educação e assistência aos alunos filhos, principalmente, dos trabalhadores. Porém, diante de dificuldades financeiras, pouco tempo após a sua fundação, a escola passou a cobrar mensalidade, voltando a restringir a instrução em Arapiraca aos poucos que podiam arcar com os custos. Além disso, outro fato chama atenção nos primeiros anos de funcionamento da instituição. Segundo Farias (2007), em 1954, o prefeito de Arapiraca, Coaracy da Mata Fonseca, doou ao colégio um terreno e toda a estrutura inicial para a construção do seu prédio, caracterizando a falta de distinção entre o público e o privado na administração municipal.

Os embates ideológicos e políticos entre as forças tradicionais oligárquicas, os empresários e uma camada social de educadores em ascensão resultaram na criação de novas escolas no município[[8]](#footnote-8) – ainda destinadas principalmente aos poucos afortunados –, inibindo a necessidade do deslocamento para outras localidades e garantindo aos patriarcas a perpetuação do poder por intermédio dos herdeiros que fincavam raízes no território de sua família.

O ensino superior só veio a surgir em Arapiraca na década de 1970, com a criação da Faculdade de Formação de Professores de Arapiraca (FFPA), posteriormente transformada em Fundação Educacional do Agreste Alagoano (FUNEC). Duas décadas depois, a instituição é estadualizada através da Lei 5.119/1990, tornando-se pessoa jurídica de direito público. Em 1995, por meio da Lei Estadual 5.762, a instituição passou a se chamar Fundação Universidade Estadual de Alagoas (FUNESA). Por fim, em 2006, a mesma passa a ser uma autarquia e sua nomenclatura muda para Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Até meados dos anos 2000 a UNEAL era a única IES pública de Arapiraca[[9]](#footnote-9).

A UFAL, apesar de ter sido criada em 26 de janeiro de 1961, por meio da Lei 3.867/1961, levou muito tempo para romper as barreiras da capital e expandir-se para as outras regiões do estado. As primeiras iniciativas formais para essa expansão vieram a ocorrer somente em 2004, tendo como marco fundador o documento “Projeto de Interiorização da Universidade Federal de Alagoas: uma expansão necessária” elaborado pela Comissão de Estudos sobre a Interiorização da Universidade Federal de Alagoas. Para a escolha das regiões onde seriam instalados os *campi* da UFAL foram observadas variáveis de acordo com os critérios estabelecidos pelo MEC:

a vocação da região e políticas públicas em desenvolvimento - arranjos produtivos locais; a promoção do desenvolvimento com redução das assimetrias regionais; a localização geográfica; a população da micro e mesorregião atendidas; os polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB); os indicadores de desenvolvimento econômico e social (taxas de evolução): IDH, IDEB; a taxa da oferta de vagas públicas e privadas na educação superior (estadual, federal, técnica) na microrregião e mesorregião; as áreas de formação prioritárias (formação de professores, saúde, tecnologias); o curso em área de conhecimento existente na universidade; o curso novo em área de conhecimento de ações prioritárias e a ampliação da oferta de educação superior pública no período noturno (2015, p. 36-37).

Com respeito à demanda por ensino superior, a Comissão levou em conta dados do Conselho Estadual de Educação e da Secretaria de Estado da Educação de Alagoas. De acordo com tais órgãos, o interior possuía na época aproximadamente 20 mil professores do ensino fundamental com qualificação limitada – contrariando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – existindo ainda uma demanda imediata de 2.137 docentes para ensinar nos cursos de licenciatura em Física, Química, Biologia e Matemática em todo o estado. Além disso, a demanda reprimida para o ensino superior no interior de Alagoas podia ser identificada pelo número de alunos matriculados no ensino médio. Em 2004, 68,5% dos estudantes secundaristas do estado residiam fora da capital, e destes, 40% estavam em Arapiraca (TAVARES e RAMALHO FILHO, 2008; UFAL, 2005).

Dessa forma, com base em tais informações, as regiões escolhidas para a instalação das unidades da UFAL foram o Agreste (com sede em Arapiraca e polos em Palmeira dos Índios e Viçosa), o Sertão (com sede em Delmiro Gouveia e polos em Mata Grande, Piranhas e Pão de Açúcar) e o Litoral Norte (sediado em Porto Calvo e com unidades em Porto das Pedras, Joaquim Gomes e Maragogi). Apesar dos estudos realizados e da confirmação das localidades contempladas, o processo de interiorização foi lento e dividido em etapas, com unidades ainda hoje em fase de implantação, ou seja, mais de dez anos após o início da expansão[[10]](#footnote-10).

O potencial econômico da região do Agreste, em especial do município de Arapiraca, tendo a indústria e o agronegócio como os principais potencializadores, foi um dos indicadores utilizados para a escolha dos cursos a serem implementados. Além disso, foram levadas em consideração as demandas do Poder Executivo (prefeituras, secretarias municipais, órgãos federais, municipais e estaduais atuantes nas cidades), pois, segundo a universidade

Sua consideração é fundamental, tanto pela possibilidade de aperfeiçoar o desempenho das instituições públicas, quanto pela possibilidade de assegurar o caráter participativo do processo de interiorização devido ao conhecimento e expressão das particularidades locais. Mas também pela capacidade de se concretizar apoios e parcerias indispensáveis, tais como infraestrutura física, equipamentos, manutenção e pessoal de apoio (UFAL, 2005, p. 10).

Conforme já explicitado anteriormente, o poder local, ao conceder o terreno para a instalação da universidade no interior, teria a possibilidade de indicar os cursos a serem oferecidos em tais unidades. Apesar de informar que “buscamos estimular a formação de cargos de interesse dos setores públicos e privados daquelas regiões e da sociedade de um modo geral” (DINIZ, 2015, p. 8), um dos idealizadores do projeto de interiorização da UFAL, afirma que a indicação dos cursos por parte das prefeituras se dava de maneira sugestiva, e não impositiva ou condicionante. De acordo com o autor, o principal mecanismo adotado na definição dos cursos a serem ofertados foi uma pesquisa de campo de caráter indutivo e espontâneo encomendada pela universidade e realizada em 32 municípios do estado. A pesquisa apontou a necessidade, dentre outros, dos cursos de Medicina, Administração, Ciências da Computação, Enfermagem, Psicologia, Agronomia, Educação Física e Direito – esse último foi o único não atendido, pois, segundo o autor, na região já existia o curso oferecido pela Universidade Estadual de Alagoas e não haveria demanda para o mesmo.

Atualmente, a cidade possui uma rede de instituições de ensino superior formada principalmente por grupos regionais e nacionais[[11]](#footnote-11). Além da educação presencial, o município também optou pela oferta de cursos de graduação à distância, tendo a UFAL inaugurado essa modalidade de ensino em Alagoas com o curso de licenciatura em Pedagogia, em 1998[[12]](#footnote-12).

O processo de interiorização da UFAL, iniciado na segunda metade dos anos 2000, ocorreu de maneira lenta e tardia. Como contrapartida nesse processo, a Prefeitura Municipal de Arapiraca cedeu, por meio da Lei 2372/2004, o terreno onde funcionava a Escola Técnica Agrícola, escola-fazenda desativada em 2004. A universidade, através dos limitados recursos[[13]](#footnote-13) disponibilizados pela União, foi capaz apenas de realizar obras emergenciais para proporcionar condições mínimas para o início das atividades, uma vez que as edificações estavam bastante deterioradas. Todavia, o que era para ser uma condição provisória, se estendeu por quatro anos, gerando um acúmulo de “problemas relacionados à infraestrutura, ao dimensionamento dos ambientes, ao conforto ambiental e a funcionalidade” (MORAES *et al.*, 2011, p. 19). Dessa forma, foi inaugurado em 15 de Setembro de 2006, pela Resolução do Conselho Universitário n. 20/2005 e do Decreto n0. 5773, de 09 de Maio de 2006, o *campus* Arapiraca, consolidando a primeira etapa da expansão da UFAL. Com sede no município de mesmo nome e unidades em Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa, o *campus* funcionou inicialmente com 16 cursos de graduação (11 em Arapiraca e 5 nos outros polos), sendo a maior unidade do interior do estado. Atualmente, o *campus* possui 21 cursos presenciais, ofertando anualmente, aproximadamente, 900 vagas de ingresso.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao ponderar os momentos iniciais da formação do ensino superior no estado de Alagoas identificou-se que, assim como ocorre em parte considerável do Nordeste, o surgimento e desenvolvimento dessa modalidade educacional sofreu influências diretas do poder político e empresarial local. As primeiras instituições de ensino superior alagoanas, direcionadas exclusivamente à elite, nasceram dos interesses dos detentores do poder – também conhecidos como coronéis – e formaram a base do que viria a se tornar a histórica exclusão educacional, presente até os tempos hodiernos. A constituição da UFAL, em 1961, representou um continuísmo das práticas adotadas desde a formação das primeiras escolas naquele território, com a indicação de cargos, alianças políticas e troca de favores entre os principais atores envolvidos.

Analisando os antecedentes históricos da educação superior no município de Arapiraca, conclui-se que a sua tardia implantação está relacionada a uma série de fatores, com destaque para a inexistência de exigências por instrução formal dos principais empregadores da região à época da expansão da cana-de-açúcar. Tal necessidade passou a ser latente apenas por necessidade da elite política e empresarial da época, que vislumbrava o ensino mais elevado como forma de perpetuar a concentração política e econômica do estado. Desse modo, as primeiras instituições de ensino dessa região eram destinadas quase que exclusivamente para os filhos dos extratos sociais mais representativos.

Portanto, entender a constituição educacional do estado de Alagoas, mais especificamente da cidade de Arapiraca, é crucial para compreender os reais motivos do atraso temporal – e consequentemente social – desta sociedade em relação a outras regiões do país.

**REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Leda Maria. Rupturas e Permanências em Alagoas: O 17 de julho de 1997 em questão. Maceió: Catavento, 1999.

BRASIL. REUNI. Universidades federais criam 15 mil novas vagas no primeiro ano do programa. Publicado em 19 dez 2009. Disponível em < http://reuni.mec.gov.br/noticias/36-outras-noticias/49-universidades-federais-criam-15-mil-novas-vagas-no-primeiro-ano-do-programa > Acesso em 01 jun 2015.

DER-AL. Departamento de Estradas e Rodagens de Alagoas. Arapiraca vai ganhar novo aeroporto, confirma governo. 19 fev 2013. Disponível em < http://www.der.al.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/2013/arapiraca-vai-ganhar-novo-aeroporto-confirma-governo > Acesso em 24 nov 2016.

DINIZ, Myllena. A visão de quem viu a Ufal nascer e dar frutos no interior alagoano. Revista Saber Ufal. Ano 2, n. 2. Set/2015. p. 6-9.

FARIAS, Maria Aparecida de. Patrimonialismo na Educação de Arapiraca de década de 1950. In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia. Patrimonialismo na Educação de Arapiraca de década de 1950, 2006.

\_\_\_\_\_\_. O romper do silêncio: a trajetória da educação escolar em Arapiraca (AL), de seu povoamento até a década de 1950. (Dissertação). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2007.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUEDES, Zezito. Arapiraca através do Tempo. Maceió: Gráfica Montergraphy Ltda, 1999.

IBGE. Estados, Alagoas. Disponível em < http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=al&tema=idhm > Acesso em 22 abr 2015.

LEITE, Angela. M. A. O município de Arapiraca/AL e sua dinâmica histórica de ocupação e renda. In: X Encontro Regional de Estudos Geográficos, 2009, Campina Grande. X Encontro Regional de Estudos Geográficos : Políticas de (Des)envolvimento da/na Região Nordeste: uma leitura crítica geográfica, 2009.

MEC. Arapiraca terá *campus* da UFAL. 26 jul 2005. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/busca-geral/212-noticias/educacao-superior-1690610854/3681-sp-610446102 > Acesso em 08 jan 2016

\_\_\_\_\_\_\_\_. A democratização e expansão da educação superior no país 2003-2014. Brasília, 2015. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&category\_slug=dezembro-2014-pdf&Itemid=30192 > Acesso em 02 mar 2016.

MORAES, Odair Barbosa de; SARMENTO, Thaisa Francis César Sampaio; ORNSTEIN, Sheila Walbe. Avaliação pós-ocupação da UFAL - campus Arapiraca. Arapiraca: Edufal, 2011.

NARDI, J. B. Paradoxo, crise e perspectiva da fumicultura em Alagoas. Cadernos de Estudos da FUNESA. Arapiraca, n. 2, jun. 2003.

NASCIMENTO, Cristiane Araújo. Avaliação das condições de trabalho dos fumicultores no município de Arapiraca-AL: contribuições para estudo sobre a percepção de risco nos trabalhadores rurais expostos a agrotóxicos. (Dissertação). Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde. Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2011.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. Educação & Sociedade. Campinas, v. 25, n. 89, set/dez 2004, p. 1127-1144.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: São Francisco, 2002 – (Coleção contemporânea).

SOUZA, Júlio Cesar Oliveira de; MARISCO, Luciane M. de Oliveira. Reestruturação urbana e dinâmica socioeconômica em cidades médias: o caso de Arapiraca, Alagoas. Caderno Prudentino de Geografia, n. 31, vol. 1, 2009, p. 55-75.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros; RAMALHO FILHO, Rodrigo de Araujo. Universidade Federal de Alagoas: um processo inovador de interiorização e democratização da educação superior. In: CHAVES, Vera Lucia Jacob; SILVA JUNIOR, João dos Reis (Orgs.). Educação superior no Brasil e diversidade regional. Belém: EDUFPA, 2008, p. 213-233.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1987.

UFAL. Projeto de interiorização da Universidade Federal de Alagoas: uma expansão necessária. Comissão de Estudos sobre a interiorização da Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2005.

1. Sendo que a projeção do governo era alcançar 275 cidades até 2014. [↑](#footnote-ref-1)
2. Até a conclusão dessa pesquisa as obras para a construção do Aeroporto Internacional de Arapiraca ainda não haviam sido iniciadas. O atual aeroporto é utilizado apenas como aeroclube. O projeto do novo empreendimento faz parte do Plano de Desenvolvimento da Aviação Regional (PDAR), do Governo Federal. Do total de R$ 2,1 bilhões previstos para o Nordeste, R$ 125,6 milhões devem ser destinados aos dois aeroportos de Alagoas – o outro município a ser beneficiado é Maragogi (DER-AL, 2013). [↑](#footnote-ref-2)
3. Até então a cidade já esteve subordinada aos municípios de Penedo, Porto Real do Colégio, São Brás e Limoeiro. Um dos principais defensores da emancipação arapiraquense foi o Major Esperidião Rodrigues, sofrendo sansões de autoridades da cidade de Limoeiro devido a interesses políticos e econômicos. Após intensos embates, a separação foi concretizada e Esperidião Rodrigues se tornou o primeiro prefeito de Arapiraca. [↑](#footnote-ref-3)
4. Processo de separação dos galhos e limpeza das folhas para, posteriormente, enrolar a “corda” de fumo. [↑](#footnote-ref-4)
5. De acordo com estudos recentes (NASCIMENTO, 2011), a maioria dos trabalhadores da fumicultura arapiraquense é analfabeta. [↑](#footnote-ref-5)
6. A escola recebeu esse nome em homenagem ao professor do Liceu Alagoano, filho de um destacado educador, jornalista e literato, Adriano Augusto de Araújo Jorge. [↑](#footnote-ref-6)
7. Atual Colégio Bom Conselho. [↑](#footnote-ref-7)
8. O Educandário São Francisco de Assis e o Grupo Escolar Aurino Maciel foram os mais influentes. [↑](#footnote-ref-8)
9. Além da UFAL, que viria a ser instalada em 2006, o município recebeu um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFAL), criado por meio da Lei 11.892/2008. [↑](#footnote-ref-9)
10. Devido à falta de verbas, o *campus* do Litoral Norte sofreu diversos adiamentos na sua entrega. O terreno onde será instalada a universidade foi doado pela Prefeitura de Porto Calvo em janeiro de 2016 e não há previsão exata para a entrega das edificações. O projeto inicial previa a oferta de 25 cursos de graduação nos 4 municípios que compõem o *campus*. Porém, em 2016, foi anunciado que apenas 5 cursos estarão disponíveis no campus: Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica, Licenciatura em Física e Matemática. [↑](#footnote-ref-10)
11. As principais IES particulares em atividade no município são o Centro de Ensino Superior Arcanjo Mikael (CESAMA), Centro de Estudo Superior de Maceió (CESMAC), Faculdade de Ensino Regional Alternativa (FERA), Instituições de Ensino Superior Santa Catarina (IESC), Universidade Paulista (UNIP), Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR), Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Instituto de Educação Superior do Brasil (IESB), Faculdade Integrada Tiradentes (FITS), Faculdade São Tomás de Aquino (FACESTA), Faculdade Internacional de Curitiba (FACINTER), Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC) e Faculdade Interativa COC. [↑](#footnote-ref-11)
12. Anos mais tarde, durante a gestão da Profa. Ana Dayse Resende Dorea, amplia-se a atuação da universidade por meio da adesão ao projeto piloto de Administração, modalidade à distância, precursor do Programa da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Atualmente a universidade desenvolve atividades à distância em nove cidades (Maceió, Porto Calvo, Santana do Ipanema, Arapiraca, Penedo, Piranhas, Maragogi, Olho d’Água das Flores e São José da Laje) e presenciais em seis dos dez municípios mais populosos do Estado (Maceió, Arapiraca, Palmeira dos Índios, Rio Largo, Penedo e Delmiro Gouveia). [↑](#footnote-ref-12)
13. De acordo com o MEC (2005), apesar da divulgação de investimentos da ordem de R$ 8 milhões, estava previsto apenas um orçamento de R$ 2 milhões a serem utilizados em quatro anos no *campus* Arapiraca, ou seja, R$ 500 mil por ano para a construção de prédios, compra de equipamentos e contratação de docentes e técnicos-administrativos. [↑](#footnote-ref-13)